CAMPONESES E TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS: DO SUL PARA A AMAZÔNIA OCIDENTAL

JOSÉ VICENTE TAVARES DOS SANTOS
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Reconstruir a relação impossível entre o Sul e a Amazônia Ocidental, a partir das vinculações entre o campesinato e os processos migratórios na sociedade brasileira contemporânea, consiste no objetivo deste artigo. Pretendemos desenvolver a questão da relação entre os camponeses e a migração em quatro momentos: primeiro, vamos propor uma crítica à noção de fronteira; segundo, pretendemos discutir a noção de trajetória social; e, terceiro, indicar os elementos etnográficos observados no Sul de Rondônia; finalmente, a evocação das migrações internas e do efeito de configuração de uma categoria social, denominada expressivamente de "novos amazônidas", tentarão indicar uma referência histórica e empírica privilegiada, para demonstrar a relação entre campesinato e migrações. Em conjunto, vamos propor o uso das noções de processo social, de posição social e de trajetória, como instrumentos analíticos capazes de interpretar tais fenômenos.

Crítica à noção de fronteira

O tema da migração dos camponeses para novas terras foi abordado quase que simultaneamente por dois importantes analistas do final do século XIX, ainda que o tenham feito de diferentes modos. Turner realiza a primeira exposição sobre a importância da fronteira na História americana, na Associação de História Americana, reunida em Chicago, em 12 de julho de 1893. Na mesma época, Lenin, na prisão e deportado, estava, desde 1896,

Anuário Antropológico/91
Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993

preparando o extenso livro que publicaria, em 1898, sob o título de *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia.*

A análise de Lenin sobre a colonização de novas terras, retoma a definição de Marx sobre as "colônias", formulada no último capítulo de *O Capital*, nos seguintes termos:

> Nós já indicamos que para Marx os critérios fundamentais deste conceito eram: 1) a existência de terras livres, desocupadas e facilmente acessíveis aos emigrantes; 2) a existência de uma divisão mundial do trabalho já formada e de um mercado mundial, graças ao qual as colonias poderiam se especializar na produção massiva de matérias primas agricolas e receber em troca produtos industriais acabados [...] (Lenin 1969: 630).

Este autor conclui que tinha investigado o desenvolvimento do capitalismo na Rússia em relação às regiões de antiga ocupação. Entretanto, os processos seriam diferentes quando houvesse territórios ocupáveis, para os quais as populações expulsas da agricultura, nas regiões antigas, poderiam ir, a fim de trabalhar nas novas terras, menos, ou escassamente, povoadas. Como conseqüência, insiste Lenin, assistimos a um duplo processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, o desenvolvimento intensivo e o desenvolvimento extensivo do capital:

> 1) o desenvolvimento do capitalismo no país (ou parte dele) antigo e povoado [...]; estamos diante de relações capitalistas já estabelecidas que continuam a progredir; [...] 2) desenvolvimento do capitalismo nas "terras novas"; estamos diante de relações capitalistas novas, que estão em processo de formação sobre um novo território (Lenin 1969: 597).

A partir dessa idéia, a maioria dos Autores preferiu reter a função de "válvula de segurança" que as novas terras desempenhariam em relação às antigas: deste modo, o deslocamento populacional para as novas terras propiciaria uma solução, talvez fictícia, às tensões sociais nas velhas terras. Lenin, entretanto, sem que negasse aquela função política, parece ter visualizado mais além, ao conceber uma relação interativa entre os efeitos recíprocos que se estabeleceriam entre as novas e as antigas terras, como se depreende da seguinte passagem:

> O desenvolvimento do capitalismo em profundidade, em um território antigo, povoado de longa data, é retardado pela colonização das províncias periféricas. A solução das contradições próprias ao capitalismo que as engendra é temporariamente adiada, pelo fato de que o capitalismo pode facilmente progredir em extensão (Lenin 1969: 632).

Talvez esse efeito recíproco entre os pólos dos processos migratórios tenha sido desprezado pelos autores que utilizaram as noções de desenvolvimento extensivo do capital, ou, até mesmo, por aqueles que passaram a, sistematicamente, negar o desenvolvimento em extensão. Ao mesmo tempo, a noção de fronteira passou a ser simplificada, mediante o uso de modelos sistêmicos de análise que têm dificuldade de trabalhar com processos sociais altamente dinâmicos.

A contribuição de Turner não pode ser desprezada, dada sua importância na literatura sociológica que se ocupou das migrações internas, e do papel dos grupos camponeses nesses deslocamentos. A suposta dimensão progressista da fronteira é um traço acentuado de seu pensamento, dimensão pela qual a fronteira seria um ponto extremo na evolução temporal da sociedade. Cabe reconhecer que, na formulação de Turner, a noção de fronteira tem assumidas raízes evolucionistas:

> A fronteira na América esteve sempre na origem da evolução social. [...] Eixos de civilização cada vez mais numerosos percorriam o deserto. Este continente, inicialmente primitivo e sem vida, se viu progressivamente dotado de um sistema nervoso aperfeiçoado. Se quisermos compreender porque nós somos hoje uma nação, e não uma simples justaposição de Estados, nós devemos estudar a cristalização econômica e social que se fez. Existe, neste contínuo recuo de condições de existência primitiva, matéria de reflexão para o evolucionista (Turner 1963: 3 e 13)[1].

Verifica-se a assunção de uma postura evolucionista, da categoria teórica da seleção natural darwinista, estendendo-a ao meio físico, como uma forma de determinismo geográfico. Por conseqüência, os elementos da hipótese da fronteira, formulados por Turner, são os seguintes, segundo Walsh (1981: 13-25): a primeira condição da fronteira seria a existência de

1. Também Turner 1963: 65; cf. a interessante redefinição do conceito de fronteira em Velho 1976.

recursos aguardando exploração, ou de terras livres; a segunda condição seria a fronteira como válvula de escape; o terceiro elemento, a fronteira como um processo marcado por etapas de instalação dos contingentes populacionais; finalmente, a fronteira como um lugar geográfico. A fronteira, em suma, seria fonte definidora do caráter e da identidade da sociedade americana, criando um novo personagem, o pioneiro.

Existiriam, segundo Turner, várias dimensões para que a condição de fronteira se constituísse. Por um lado, a produção social das terras vazias, pois ele a descreve como um campo de conflitos, terras nas quais existiriam dois grandes adversários, os índios e os posseiros, os quais precisam ser vencidos, conquistados, para que se "transforme esta natureza selvagem" (Turner 1963: 4, 12-13 e 75-76). Por outro lado, percebe a relação entre a "fome de terras" e a procura de novas terras, através de vagas sucessivas de ocupantes. Chegamos, então, a uma terceira dimensão: a produção social da figura do "pioneiro", com uma formação populacional compósita, com uma identidade própria — a democracia — e um caráter definido pelo individualismo, energia, dinamismo, idealismo e radicalismo (26-27). Enfim, a fronteira supõe o estabelecimento de uma ordem social, garantida pelo Estado:

> O Estado sempre temeu os efeitos de uma progressão desordenada da fronteira, razão pela qual ele se esforçou para circunscrever e para orientar. [...] Os esforços mais eficazes realizados pelo Estado para regulamentar a progressão da fronteira foram sobretudo de ordem educativa e religiosa (Turner 1963: 28 e 30).

Em outras palavras, a fronteira supõe a disseminação de várias instituições de controle social e de exercício do poder: a organização política comunitária, os estabelecimentos militares, e o controle simbólico efetivado pelas instituições religiosas e educacionais. A fronteira seria o lugar, por excelência, de uma mobilidade social ascendente, na qual seriam gestados os homens da sociedade democrática e industrial moderna, pois:

> Uma coisa é certa: a democracia americana é essencialmente o produto da experiência adquirida pelo povo americano na conquista do Oeste (Turner 1963: 233).

Após essa passagem teórica por Lenin e Turner, resta a necessidade de expressarmos conceitualmente o fenômeno das linhas espaciais de ocupação humana de novas terras na sociedade brasileira. Pode-se conceitualizar tal

fenômeno como um processo social, pelo qual se constrói um espaço de relações e de conflitos sociais, que denominamos de processo da colonização das novas terras, envolvendo várias dimensões: uma dimensão espacial, que interliga as diferentes regiões de origem e de destino, incorporando aqui as relações de reciprocidade e de reversibilidade que unem aquelas polaridades; e *uma dimensão temporal*, pela qual este processo ocorre em uma determinada duração, expressa por ciclos ou conjunturas, contínuas ou descontínuas, durante as quais se fazem presentes diferentes vagas populacionais. Como resultado, desencadeia-se a produção de relações sociais — de grupos, categorias, classes e frações de classe — as quais estão em uma certa posição na estrutura produtiva da sociedade, protagonizam diferentes trajetórias sociais e, no horizonte, constroem identidades sociais e políticas, mediante a atualização de uma experiência histórica.

Se fosse possível dar conta, ao nível conceitual, deste fenômeno empírico de deslocamento populacional para novas terras, reconhecendo a reversibilidade desse eixo espaço-temporal, o estabelecimento da impossível relação entre o Sul e a Amazônia forneceria um caso exemplar. Pois, reconheceríamos, ainda, que a inserção de um grupo ou categoria social no processo da colonização produz uma modificação irreversível em sua vivência, suas percepções e sua visibilidade do espaço geográfico e social, em um certo contexto espaço-temporal.

Tal forma de perceber o problema supõe uma ruptura com a teoria das migrações, orientada pelo enfoque da modernização das sociedades "atrasadas" ou "tradicionais", que situa o núcleo do fenômeno migratório na "motivação para migrar", isto é, privilegiando os aspectos psicológicos individuais. Por outro lado, esta abordagem tende a valorizar positivamente a sociedade de destino, e praticamente nega a sociedade de origem: tais noções obscurecem as diferenças específicas que tais formações sociais assumem, enfatizando o processo de assimilação dos migrantes à sociedade de destino. Como resultado, supõe uma funcionalidade sistêmica na denominada sociedade de destino, em relação à qual o elemento integrador situar-se-ia ao nível das habilidades pessoais dos migrantes; as disfuncionalidades se localizariam no plano dos indivíduos, o que exigiria políticas no sentido de eliminar tais anomias. Em suma, a teoria das migrações orienta-se por concepções anistóricas, individualistas e funcionalistas (Souza Martins 1973: 13-28).

Por outra via, nossa abordagem concebe a migração enquanto um processo social, no qual a unidade social de análise é o grupo, vinculado a uma categoria ou a uma classe social. Nessa linha, seguindo Singer, distingue-se entre as causas estruturais dos processos migratórios e os motivos subjacentes das migrações (Souza Martins 1973; Singer 1973: 29-60; Lopes 1973; Suarez 1977). As causas estruturais sofrem determinações de classe e atingem, de modo variado, os grupos sociais da região de origem, bem como sua inserção na região de destino. Os motivos subjacentes, interiorização das determinações estruturais, refletem a heterogeneidade das posições sociais e das trajetórias dos grupos sociais. As duas dimensões, vivenciadas pelos participantes do processo migratório, explicariam os deslocamentos espaço-temporais das populações envolvidas.

Nessa perspectiva, podemos entender as migrações internas como um processo social, duplamente determinado pelas dimensões estruturais da sociedade, e pelo posicionamento, no espaço e no tempo social, dos grupos migrantes. Para a análise da reciprocidade e circularidade entre a região de origem e a região de destino, relação recíproca entre os pólos de um espaço social, partimos da noção de fluxo migratório, formulada nos seguintes termos por Singer (1973: 52):

> Quando uma classe social se põe em movimento, ela cria um fluxo migratório que pode ser de longa duração e que descreve um trajeto que pode englobar vários pontos de origem e de destino. É o fluxo migratório originado por determinados fatores estruturais, que determinam seu desdobramento no espaço e no tempo [...]

Configuram-se, então, fluxos migratórios recíprocos, de comunicação, e de troca, de pessoas, de mercadorias e de informações, que virtualmente produzem outras relações sociais (Lévi-Strauss 1974: 326). Ao perceber tais fluxos recíprocos, somos levados a indicar uma interconexão entre o espaço social e o tempo social, relembrando uma menção de Lévi-Strauss (1974: 317-318):

> O espaço e o tempo são os dois sistemas de referências que permitem pensar as relações sociais, em conjunto ou isoladamente. Essas dimensões de espaço e de tempo não se confundem com aquelas que outras ciências utilizam. Elas consistem em um espaço social e em um tempo social, o que significa que elas não têm outras propriedades senão aquelas dos fenômenos sociais que as povoam.

Relembrar esta inter-conexão implica superar uma "desqualificação do espaço que vem reinando a várias gerações", escreve Foucault, pois nela havia uma suposição implícita:

> O espaço é o que estava morto, frio, não dialético, imóvel. Em compensação, o tempo era rico, fecundo, vivo, dialético. [Ao contrário,] A descrição espacilizante dos fatos discursivos desemboca na análise dos efeitos de poder que lhe estão ligados (Foucault 1982: 159).

Uma das primeiras possibilidades dessa análise espacializante reside na reconstrução das inter-relações entre, indica Lévi-Strauss (1974: 320-321), "de uma parte, a estrutura social, e de outra, a configuração espacial dos estabelecimentos humanos: aldeias ou acampamentos".

Claro está que tal inter-relação não é causal, mas deriva de um conjunto complexo de fenômenos sociais, no qual está presente uma relação, possível, entre a estrutura social e a configuração espacial (Lévi-Strauss 1974: 320).

De qualquer modo, seja para perceber a relação entre estrutura social e configuração do espaço, seja para nela distinguir efeitos de poder, extraímos então uma estratégia metodológica para a investigação do processo da colonização de novas terras. Podemos, também, levar em consideração — em termos análogos a outros dispositivos de saber-poder como aquele que se constitui em termos da sexualidade — a relação entre controle social e espaços amplos, pois, comenta Deleuze, trata-se de:

> gerir e controlar a vida em uma multiplicidade qualquer, com a condição de que a multiplicidade seja numerosa (população), e o espaço extenso ou aberto (Deleuze 1986: 79).

A noção de trajetória social

Para explicar o processo de migração e, em particular, o processo de colonização de novas terras, adotamos uma visão complexa da realidade social, tanto mais necessária quanto se trata de análises específicas de con-

junturas históricas particulares, e em espaços nos quais as formas sociais de vida e de produção estão em processo de transformação (Tavares dos Santos 1991). Por outro lado, partimos da necessidade de reconstruir um espaço social de relações; resgatamos, assim, um pensamento relacional que procura perceber as relações que as classes e os grupos sociais mantêm entre si e com as estruturas econômicas, políticas e simbólicas nas quais eles estão posicionados. Seria útil evocar aqui a formulação metodológica de Marx (s.d.: Livro I, vol. II, cap. XXV, p. 885) de que "o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, efetivada através de coisas", e, também, o entendimento de que as classes sociais são socialmente constituídas.

Em outras palavras, as classes sociais não são apenas a expressão de categorias econômicas, pois constituem, relembrando novamente Marx, a personificação de categorias econômicas: para além de uma "lógica do capital", passível de evidenciação em termos econômicos, devemos tentar reconstruir, do ponto de vista sociológico, as diferentes posições específicas de classe, de fração de classe, de grupo social e de categorias sociais, na estrutura da sociedade. Com isso, temos uma orientação metodológica capaz de apreender a formação, as práticas e as trajetórias — das classes, fração, grupos sociais e categorias sociais — nas quais se configuram, de modo complexo, a estrutura e a ação de uma formação social (Pereira 1970: 11-51; Alexander 1987).

Por conseqüência, tentaremos perceber as modificações que as posições sociais destas classes e grupos vão sofrendo, no espaço social e no tempo social nos quais se inserem. Em outras palavras, devemos tentar perceber as "famílias" ou "feixes de trajetórias" de reprodução social destas classes, frações de classe, categorias e grupos sociais. Contamos, então, com a noção de "feixes de trajetórias" capaz de apreender a diversidade espaço-temporal que tais conjuntos sociais contêm. Incorporamos, assim, a formulação de Bourdieu:

> A posição de um indivíduo ou de um grupo na estrutura social não pode jamais ser definida apenas de um ponto de vista estritamente estático, isto é, como posição relativa ("superior", "média" ou "inferior") numa dada estrutura e num

> dado momento. O ponto da trajetória, que um corte sincrônico apreende, contém sempre o sentido do *trajeto social* (Bourdieu 1974: 7)[2].

Deriva dessa análise a proposição de que as classes sociais passam por um processo social de construção de suas propriedades e de seus atributos, para o que os estudos sócio-antropológicos sobre os processos sociais agrários têm se valido da noção de identidade social, incorporando elementos sociais e étnicos (Cardoso de Oliveira 1976; Brandão 1986; Seiferth 1982). Ou seja, as classes sociais seriam grandes agrupamentos humanos posicionadôs diferentemente na estrutura social que necessitam de um processo histórico e social de construção de uma identidade social, o que supõe o reconhecimento das dimensões simbólicas como também constitutivas das práticas sociais, ao lado das dimensões econômicas e políticas.

As relações de conflito que definem o espaço social complexo, e as alterações possíveis das trajetórias, podem contribuir à eclosão de lutas sociais, nos vários pontos do espaço social configurado pelos processos sociais agrários. Os conflitos e as mudanças de trajetória podem vir a se expressar em lutas sociais, dependendo de certas condições da conjuntura política: ou seja, os conflitos e as lutas sociais contribuem a definir e a redefinir as categorias sociais, os grupos, as classes e frações de classe em presença. Resgata-se, deste modo, a noção de processo social, no interior do qual os fatos históricos adquirem sua significação plena; e também, a noção de relações sociais, agora posicionadas na formação social, no momento de sua história que estamos considerando, história descontínua cujo leque de possibilidades deriva do espaço das relações em conflito (Poster 1990).

Trajetórias migratórias dos camponeses meridionais

As trajetórias migratórias dos camponeses meridionais têm representado, nas últimas décadas, um processo de reprodução social, fundado na tentativa de manutenção, ou obtenção, da posse ou propriedade familiar da terra; do uso do trabalho familiar; e na produção combinada de meios de vida e de mercadorias.

---

2. O conceito de "familia de trajetórias" é de Bachelard (1978: 45) e o de "feixe de trajetórias" é de Bourdieu (1974: 7 e 201; 1979: 109-185 — cap.2).

Vamos retraçar as grandes linhas desse fluxo migratório. Desde a década de 1960, as duas unidades da federação que mais liberaram populações foram os Estados de Pernambuco e do Rio Grande do Sul (FIBGE 1979). No caso deste último Estado, houve, no intervalo de 1960-1970, grande perda de população (FEE 1976: 20). Ainda que o fluxo migratório urbano-urbano tenha sido o mais denso naquela época, tais perdas populacionais indicavam a formação de um fluxo migratório rural-rural para outras regiões. Afirmava-se, então, que as principais causas da expulsão populacional do Rio Grande do Sul, na década de 60, residiam no "estancamento do processo de crescimento econômico" e na "minifundização das propriedades rurais" (FEE 1976:57), o que pode ser verificado pela lista das micro-regiões homogêneas que apresentaram uma taxa decenal negativa no intervalo 1960-1970, sendo consideradas áreas de evasão populacional: Colonial de Santa Rosa, Colonial de Erechim, Colonial do Alto Jacuí, Colonial do Alto Taquari, Campos de Vacaria e Alto Camaquã (FIBGE 1979: 77).

Em outras palavras, as causas estruturais que converteram o Rio Grande do Sul em área de evasão populacional, já na década de 1960, foram assim identificadas: por um lado, na concentração da propriedade fundiária, o que reduziu a disponibilidade de terras para os camponeses, e levou a uma fragmentação dos estabelecimentos, redobrando a pressão populacional sobre a terra e causando evasão. Por outro, a acentuação da exploração econômica do valor do produto gerado nas propriedades familiares provocou dificuldades de reprodução social das familias, induzindo fortemente parte dos filhos a migrar para novas terras.

Finalmente, o estancamento do crescimento econômico regional reduziu a criação de empregos urbano-industriais, e a expansão da lavoura empresarial da soja e do trigo, altamente mecanizada, também reduziu a absorção de força de trabalho agrícola (FEE 1978: Vol. III).

Na década de 60, a região de destino das populações migrantes era formada por, basicamente, duas áreas:

> a) Áreas coloniais do Oeste Catarinense e Sudoeste Paranaense, de povoamento pioneiro, padrão de média e pequena proprieadade ligada à policultura e com recente penetração dos cultivos de soja e trigo; b) Áreas mato-grossenses de avanço da fronteira agrícola do Paraná, a partir da penetração de capitais do Sul e

> Sudeste [...] e da colonização federal em pequenas propriedades (FIBGE 1979: 14 e 11-12).

O fluxo migratório que se estendeu, das regiões sulinas para outros Estados, desde o final do século XIX, pode ser assim sintetizado: o fluxo inicia dentro do Rio Grande do Sul, das denominadas "colonias velhas" para as "colonias novas". Depois, o deslocamento alcança, nas três primeiras décadas do século XX, o Oeste de Santa Catarina (as micro-regiões Colonial do Oeste Catarinense e a Colonial do Rio do Peixe); e, desde a década de 1940, atinge o Sudoeste do Paraná (micro-regiões do Extremo-Oeste Paranaense e Sudoeste Paranaense) (SUDESUL 1975: 62; FIBGE 1979: 14). Na década de 1960, essas regiões de Santa Catarina e do Paraná continuam sendo consideradas áreas de atração, com características rurais, devido ao incremento da policultura, e com a crescente penetração das produções de trigo e de soja.

Contudo, na década seguinte, o fluxo migratório ultrapassa os limites da região Sul, deslocando-se diretamente para as regiões Norte e Centro-Oeste, principalmente para os Estados que constituem a Amazônia Ocidental: Mato Grosso, Tocantins, Rondônia e Acre. A observação da dinâmica populacional, no intervalo 1970-1980,

> [...] evidenciou a existência de dois grandes conjuntos de áreas: o primeiro, correspondente à fachada atlântica e estendendo-se do Rio Grande do Sul ao Ceará, apresentou crescimentos urbanos de médio a fracos e decréscimo rural quase generalizado; enquanto que o segundo, representado pelas áreas de fronteira amazônica, caracterizou-se por elevado crescimento, tanto urbano como rural (FIBGE 1988: 308).

Dentro desse quadro global, os fluxos migratórios apresentaram duas direções predominantes: no sentido campo-cidade, no Centro-Sul e Nordeste; e tendo como destino áreas rurais e urbanas localizadas na Amazônia.

Podemos, portanto, identificar quatro correntes migratórias inter-regionais que se configuraram nas últimas duas décadas (Centro de Estudos Migratórios 1980: 20): a) Nordeste-Sul: tem sua origem nos Estados do Nordeste, em Minas Gerais e no Espírito Santo, tendo como regiões de destino os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná; b) Sudeste-Oeste: abrange tanto migrantes do Nordeste quanto naturais do Sudeste, em espe-

cial dos estados do Espírito Santo e do Paraná, que se deslocam para o Centro-Oeste e Norte, dirigidos e estimulados pelos programas de colonização, oficiais e particulares, assim como pelas políticas de desenvolvimento regional; c) Nordeste-Norte: este fluxo, já iniciado desde o ciclo da borracha, foi incrementado na década de 40 e, mais recentemente, pela construção da rodovia Transamazônica, em 1970, com o forte estímulo dos programas de colonização oficial no Pará; d) Sul-Amazônia Ocidental: este fluxo retraça o movimento demográfico originado no Rio Grande do Sul, para o oeste de Santa Catarina e Paraná; apresenta um desvio para o Paraguai e norte da Argentina; e se dirigiu, nos últimos vinte anos, para Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Acre.

Este último fluxo, do Sul para a Amazônia Ocidental, vai nos interessar em particular, nas páginas que seguem: em gestação desde a década de 60, pela crise econômica do Rio Grande do Sul na época, foi fortemente estimulado pelo processo de modernização da agricultura da agricultura, implementado desde os anos 70. Por conseqüência, tanto levou a uma crise de reprodução da propriedade familiar nos Estados meriodionais, quanto produziu, em um duplo movimento — o colono do Sul que migrou para a Amazônia ocidental e o colono sem-terra que resiste e ocupa terras nas regiões meridionais — dupla face do processo de exclusão social produzido pela modernização da agricultura. Em outras palavras, todos os pontos dessas trajetórias migratórias contêm, ao mesmo tempo, um processo de expropriação e de exclusão social acompanhado por um processo de reprodução social do campesinato na socidade brasileira.

O espaço social nas regiões de colonização

Tomando como orientação teórica a perspectiva acima delineada, vamos indicar agora a configuração, pelo último fluxo migratório descrito, do espaço social nas regiões de colonização, restringindo-nos àquelas situadas na Amazônia Ocidental e povoadas, em grande parte, por populações originárias do Brasil Meridional. A exposição reconstrói as observações realizadas durante trabalho de campo, nos munícipios de Canarana e Terranova, no Mato Grosso, de 1981 a 1985., e em Cacoal, em Rondônia, em 1989.

Durante o ciclo de colonização agrícola "contra a reforma agrária", organizado pelo regime autoritário-militar entre 1970 e 1984, os estudos realizados conseguiram analisar diferentes grupos sociais, nas regiões de colonização (entre outros, Ianni 1978, 1979a, 1979b; Hebette & Acevedo Marin 1982; Castro & Hebette, orgs., 1989; Souza Martins 1986). Podemos resumi-las, em termos gerais, às seguintes: as diversas agências do Estado; as empresas e as cooperativas de colonização; as frações de classe e os grupos dominantes locais; os proprietários fundiários; as diversas instituições religiosas; e os camponeses e trabalhadores rurais.

Desde logo, cabe assinalar que tais classes e grupos sociais já existiam na sociedade brasileira. Porém, ao participarem do processo da colonização, ou, o fato de que determinados grupos sociais tenham sido formados pelo próprio processo da colonização agrícola, em ciclos anteriores e no ciclo dos anos 70/84, isto provocou a emergência de outras relações sociais.

Em suma, os grupos, classes sociais e frações de classe mencionados desencadeiam forças sociais que são ativadas, deslocadas ou mesmo transformadas por sua participação no processo da colonização agrícola. Toda a dificuldade da análise está em compreender como ocorrem as transformações sociais que as populações atravessam, quando se inserem naquele processo, ao transitarem, mediante trajetórias migratórias, de uma região de origem a uma região de destino, no lapso de tempo específico no qual o processo da colonização se desenvolve.

Deve-se explicitar um procedimento metodológico importante: no momento da investigação da realidade social fomos levados a perceber e a identificar os grupos sociais em presença, incorporando, na medida em que isso se verifica, as categorias dos próprios grupos; ou os atos de designação dos grupos sociais que são encontráveis nas regiões de colonização. Em um segundo momento da análise, tentamos perceber, a partir dos critérios de classificação próprios ao conhecimento sociológico, quais as classes e frações de classe presentes nas regiões de colonização; depois, em um terceiro momento, tentamos reconstruir, pela ordem, as classes sociais, as frações de classe e os grupos sociais, com base em nossos critérios de classificação, mas procurando indicar as categorias de entendimento do grupo que corresponderiam à nossa classificação, ou seja, formulando conceitos expressivos na medida em que fossem significativos para a explicação sociológica. Enfim, procuramos, pela incorporação das categorias dos grupos às nossas categorias do conhecimentos sociológico, mas preservando, ao mesmo

tempo, a especificidade daquelas categorias próprias aos grupos em presença, recompor um espaço social de relações, configurado por posições e trajetórias: percorremos, assim, uma tentativa de reconstruir a "composição de diversas classes sociais" (Marx 1979: 103).

Nesta perspectiva, pode-se tentar perceber uma diferenciação social complexa nos programas de colonização, reconstituindo o espaço social a partir de diversos eixos analíticos. Neste passo da análise, vamos estabelecer um eixo horizontal, no qual localizaríamos as diversas posições sociais em relação à forma de apropriação da terra; e, também, outro eixo horizontal, específico para nosso objeto, desenhado pela trajetória migratória, isto é, pelo momento da chegada na região de colonização; definimos, assim, as divesas facetas de uma diferenciação social horizontal.

No caso dos camponeses, poderíamos identificar os seguintes grupos sociais (cujas designações expressivas locais estão entre aspas), presentes nos diferentes pontos do espaço social tecido pelo processo de colonização: colonos "parceleiros": constituem a primeira leva de colonos, trazidos ou atraídos pelas agências de colonização; são denominados localmente de "parceleiros", por terem recebido de uma agência do Estado (na época, o INCRA) uma parcela de terra no programa de colonização, embora a denominação também seja usada para os programas particulares; recebem o título de propriedade da parcela, imediatamente ou após certo prazo; são ainda denominados localmente de "pioneiros", aqueles que chegaram em primeiro lugar nos programas de colonização.

Os colonos "compradores" constituem a segunda, ou seguintes, leva de colonos, geralmente atraídos por mecanismos informais e pela própria difusão dos programas de colonização nas áreas de origem; recebem localmente esta denominação por terem adquirido de um colono "parceleiro", por compra ou permuta, seja os "direitos" à parcela, seja o título de propriedade do lote; por terem chegado às regiões de colonização em um segundo momento, suas possibilidades de reprodução social são melhores, por múltiplas razões, do que as do colonos "parceleiros". Os colonos garimpeiros: constituídos pelos colonos ("parceleiros" ou "compradores") que foram trabalhar nos garimpos existentes na Amazônia Legal, geralmente próximos ou no interior das áreas de colonização, mas que combinam esta atividade extrativista com o ciclo agrícola de seus lotes, em alguns casos reduzindo a plantação de lavouras comerciais; de forma significativa, eles reinserem os rendimentos monetários do garimpo em sua unidade produtiva; ainda não há

denominação local para este grupo. Os posseiros são camponeses que não têm título de propriedade da terra na qual trabalham, tendo chegado às regiões de colonização muitas vezes antes da implementação dos programas, visto que a ocupação das novas terras seguiu uma orientação política explícita, assim sintetizada por Souza Martins (1980: 81-82):

> [...] a doutrina da ocupação dos espaços vazios produz concretamente, pelo caminho que está sendo seguido, o esvaziamento dos espaços ocupados. [...] Com isso, o posseiro se defronta com um processo reiterativo de expulsão [...]

Outros posseiros chegaram depois, atraídos pela possibilidade de conseguir um lote; quando isso não se concretizou, permaneceram às margens das áreas dos programas, nas quais abriram posses de terra; as populações de posseiros sofrem, em diversos graus, um processo de estigmatização por parte das agências de colonização. Os posseiros do sul compõem uma variante do grupo anterior, identificados por sua procedência das regiões camponesas do Sul do País; chegados depois da vinda dos colonos, e mesmo dos outros posseiros, aparece marcante sua vinculação à necessidade de obterem o título de propriedade da área na qual abriram uma posse. Não têm ainda uma denominação local.

Os colonos agregados constituem aqueles que trabalham em lotes de outros colonos, mediante contratos, verbais ou escritos, de parceria; chegam às regiões de colonização através de redes de parentesco e de vizinhança; apresentam uma posição transitória, deslocando-se após um período para outras áreas de colonização ou áreas de posse, com o objetivo de obter um lote ou uma posse; são denominados localmente de "agregados", "meeiros" ou "porcenteiros" (Pereira & Barp 1988). E os colonos expropriados, aqueles que, por diversas razões, foram levados a vender seus lotes rurais nos programas de colonização, seja por cessão de "direitos", seja pela venda do título de propriedade; para esse contingente abre-se, então, um feixe de trajetórias possíveis: migração para as cidades das regiões de colonização, migração para outras áreas agrícolas, de colonização ou não, deslocamento para áreas de garimpo, e, migração de retorno para as áreas de origem. Um outro grupo é constituído pelos colonos retornados, aqueles colonos expropriados que retornaram às suas regiões de origem, geralmente para os Estados do Sul mas também para o Espirito Santo, nas quais conseguem alguma

forma de acolha, por redes de parentesco e de vizinhança (Tavares dos Santos 1985).

O passo seguinte consiste em articular a análise dos eixos horizontais do espaço social com um outro eixo vertical, no qual o critério seria o volume de meios de produção. Nessa diferenciação social vertical, teríamos no caso do campesinato, vários grupos sociais; porém, como preliminar, deve-se salientar que vários mecanismos, econômicos e não-econômicos, influenciam nesta diferenciação social vertical do campesinato: os recursos trazidos da região de origem; a composição da força de trabalho familiar e o ciclo de vida da familia; o acesso, às vezes devido ao acaso, a recursos naturais privilegiados (Hebette & Acevedo Marin 1982), bem como a localização privilegiada em relação ao mercado; e os efeitos econômicos das redes de clientela política.

Qualquer que seja a influência desta série de fatores, cujo peso varia de um programa de colonização a outro, podemos identificar os seguintes grupos sociais de camponeses: colonos "fortes" ("ricos") constituem os produtores familiares tecnificados; ou colonos que, pela ação de fatores acima mencionados, aumentaram suas áreas, com a compra de um ou mais lotes; geralmente, passam a se dedicar também à pecuária extensiva. As denominações de "forte" e "rico" são locais. Os colonos "fracos" ou "pobres": são aqueles que permanecem na atividade agrícola, mas sem aumentar seus meios de produção; e com dificuldades de reprodução social; as denominações "fraco" e "pobre" são locais. E os colonos pauperizados constituem aquele grupo que passa por dificuldade de reprodução social, na iminência de serem expropriados.

Para avançar na reconstrução sociológica do espaço social, nas regiões de colonização, precisamos, agora, incluir na análise as outras classes sociais, além do campesinato, que se fazem presentes. Retomaremos, por um lado, as primeiras considerações deste ítem, quando lembrávamos os diferentes grupos e classes sociais. Desde logo, não esquecendo que, ao nos basearmos em estudos que abordam programas de colonização singulares, somos levados a análises que realizam um estudo de caso: a possibilidade de vincularmos tais realidades observadas a processos sociais globais depende de uma postura metodológica que vincule o singular, o particular e o universal (Marx 1974: 122).

Mas, vamos tentar recompor os outros componentes do espaço social; a nível das classes dominantes, podemos identificar as seguintes frações de

classe: proprietários de empresas de colonização; proprietários de madeireiras e serrarias; dirigentes de cooperativas de colonização; comerciantes locais, do varejo ("atravessadores") e do atacado: denominados de "cerealistas" e "maquinistas"; donos de pontos nos garimpos ("dragas", "balsas" e "máquinas"); burguesia agrária (antigos e novos proprietários fundiários: os "fazendeiros" e os "grileiros"). Ainda mais: profissionais liberais: médicos, advogados, dentistas; funcionários das agências de colonização, oficiais e particulares.

Ao nível das classes dominadas, podemos identificar, além do campesinato, os seguintes grupos: "novas classes médias" (o conceito é de Wright Mills 1969); trabalhadores rurais permanentes; trabalhadores rurais temporários ("peões" e diaristas); garimpeiros"; trabalhadores manuais urbanos (por ex: "saqueiros"); e populações marginais[3] (do denominado setor informal da economia).

Por outro lado, nas regiões de colonização, principalmente, mas não apenas, naquelas situadas na Amazônia Legal, ocorreram e continuam a acontecer situações de "fricção inter-étnica" (Cardoso de Oliveira 1972: 85-130 — cap. 7), com sucessivos conflitos entre populações brancas e populações indígenas.

Trajetórias migratórias e os "novos amazônidas"

As trajetórias migratórias que se originam do Sul, em direção à Amazônia Ocidental, produziram e continuam a produzir efeitos ao nível da constituição de categorias sociais que não existiam antes do último ciclo de colonização de novas terras.

Desde os anos 70, houve uma especialização das diferentes partes da Amazônia Ocidental. A região Centro-Oeste passou a ser o exemplo da política de modernização da agricultura, principalmente com os pacotes agrícolas voltados para a área dos cerrados, nos quais foi incentivada a cultura da soja. A colonização particular fez-se presente de modo acentuado

---

3. "[...] populações que estão na margem ou na fímbria das necessidades de 'consumo' da força de trabalho por cada sistema econômico capitalista 'periférico'tomado em bloco" (Pereira 1971: 168).

no Estado do Mato Grosso, envolvendo empresas e cooperativas de colonização, as quais continuaram atraindo uma clientela do Sul e do Sudeste. Na Região Norte, os projetos agropecuários subsidiados pouco a pouco perdem expressão produtiva, revitalizando a função econômica da terra como reserva de valor, com o que se configura um capitalismo rentista e especulativo, diretamente subsidiado pelo Estado (Souza Martins 1989: 67-96 — cap. 3). Entretanto, tais projetos convivem com as áreas de colonização, as quais voltaram a aumentar nos primeiros cinco anos da década de 80, mediante os P.A.R.— Projetos de Assentamento Rápido, com précarias condições para a instalação de agricultores. Três foram as principais áreas de colonização da região Norte e Centro-Oeste: Rondônia, ao longo da estrada Cuiabá-Porto Velho; Mato Grosso, nas regiões norte e leste; e Pará, ao longo da rodovia Transamazônica.

A ocupação da Amazônia, segundo a estratégia geo-política modernizadora da agricultura, produziu várias formas de violência, as quais somente na década de 80 passaram a ser difundidas à opinião pública mundial. Aquela estratégia de ocupação econômica baseava-se na abertura de eixos rodoviários: leste-oeste (a Transamazônica e a Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco), centro-oeste-norte (a Belém-Brasilia, a Porto Velho-Manaus e a Cuiabá-Santarém) e na fronteira norte do território (a Perimetral Norte, ou Calha Norte). Os agentes econômicos privilegiados foram os proprietários: de madeireiras; dos projetos agro-pecuários; das empresas e cooperativas de colonização; dos grandes projetos minerais (Grande Carajás, Projeto Albrás, Projeto Jari); das empreiteiras de obras públicas (construtoras das barragens hidrelétricas de Tucuruí, no Pará, Balbina, no Amazonas, e Samuel, em Rondônia) e das mineradoras de ouro e de cassiterita. Ao mesmo tempo, desencadearam-se estratégias de controle das migrações internas e de disciplinarização dos trabalhadores rurais, mediante os programas de colonização e os assentamentos da reforma agrária, depois de 1985.

Como conseqüência dessas estratégias de poder de grupos capitalistas rentistas, em estreita aliança com o Estado, nas duas décadas passadas produziu-se um acentuado conflito social e ecológico, cujo embate central situa-se no próprio modelo de ocupação humana do território, gestando diversas formas de violência (Castro & Hebette, orgs., 1989).

No espaço social da Amazônia Ocidental, marcado por conflitos agrários, sucederam-se formas de organização para incentivar e sustentar a resistência e o direito à vida: desde o 1º Congresso Nacional dos Seringuei-

ros e a constituição do Conselho Nacional dos Seringueiros, em 1985, ao 1° Encontro dos Povos da Floresta e o 1° Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira, em 1989, até a recente mobilização pela "Sobrevivência na Transamazônica".

Este Movimento, representando cerca de 500.000 habitantes, muitos colonos, de Itaituba, Rurópolis, Medicilândia, Altamira e Pacajás, no Estado do Pará, começou em novembro de 1990, a partir do reconhecimento de que a ação do Estado fora marcada pelo esquecimento: trata-se, então, de definir um "projeto alternativo de desenvolvimento", para "viver produzir e preservar". Seus objetivos gerais são os seguintes:

> Desencadear um processo de discussão na sociedade como um todo, tendo em vista um novo projeto de desenvolvimento alternativo para a Transamazônica, sem agredir o meio-ambiente, promovendo a pessoa humana e garantindo melhorias sócio-econômico-culturais às populações mais sofridas.

Está se produzindo, portanto, um largo movimento que visa propor o estabelecimento de um outro tipo de relação do homem com a natureza, e com os outros homens, na Amazônia, pela coordenação de vários grupos sociais; trata-se, assim, de:

> Agregar todos os segmentos sociais e o povo em geral unificando as lutas para, organizadamente, garantir a sobrevivência na Transamazônica, melhorando sua vida, produzindo e preservando[4].

Também o reconhecimento pelo Estado, desde 1985, da forma social da terra conhecida como "reserva extrativista", já implantadas no Acre, Amazonas e Pará, configura também uma inovação social. Desenvolve-se, nas novas terras da Amazônia Ocidental, práticas altamente criativas no inter-relacionamento do homem com a floresta, exemplificando um pluralismo necessário dos modelos de desenvolvimento agrário e agrícola da sociedade brasileira.

4. "Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica". Documentos de 18/11/1990 e 7/07/1991, Altamira, Pará.

O processo de colonização de novas terras alterou as trajetórias migratórias dos camponeses meridionais, desencadeando um processo de redefinição de padrões culturais que está em pleno curso. A confluência na Amazônia Ocidental de populações oriundas de diversas regiões brasileiras está produzindo novas práticas sociais, culturais e mesmo políticas.

Essa confluência de diversas correntes migratórias traz também consigo um contato entre populações com características étnicas e culturais diferenciadas. As populações caboclas passam a conviver com grupos negros e mulatos, mas também, desde meados da década de 1970, com populações de outras origens. Trata-se dos descendentes de imigrantes alemães, italianos e poloneses, vindos dos três Estados do Sul e do Espírito Santo. Este contato efetiva-se portanto entre populações com estoques simbólicos diferenciados, mémorias sociais de vários tipos e experiências de lutas sociais desiguais. Como resultado, ocorrem fenômenos de "fricção interétnica" (Cardoso de Oliveira 1972) que têm a marca regional apenas enquanto uma aparência. Em outras palavras, não se pode esquecer essa diferenciação das camadas populacionais que chegaram à Amazônia nas duas últimas décadas, a fim de poder aquilatar seus diversos estatutos em relação à propriedade da terra, e o volume desigual de rendas e de meios de produção de que são possuidoras.

Registre-se, também, os casamentos de grupos sociais com diferentes tradições, e a miscigenação racial que assim se viabiliza; o confronto de falares regionais e mesmo de dialetos de origem européia; dos hábitos alimentares e de vestuário. Ao mesmo tempo, a relação do homem com a natureza também se altera: o conhecimento prático de meios ecológicos diversos, com possibilidades técnicas e habilidades incorporadas diferentes, leva tanto a uma relação de estranhamento do homem com a natureza, quanto à criação de um novo tipo de relacionamento, com um "equilibrio orgânico" entre o homem e a natureza insuspeitado até então.

A aparência imediata do espaço social nas novas terras é de uma fragmentação dos grupos sociais, oriundos dos fluxos migratórios assinalados. Tal fragmentação surge como efeito do poder exercido no processo de colonização de novas terras: um quadro de dessocialização que se conforma pelo duplo rompimento da relação dos homens entre si e dos homens com o meio ecológico, nas regiões de origem.

Quando as populações camponesas migrantes se instalam nas regiões de destino, na Amazônia Ocidental, instaura-se um processo de ressocializa-

ção, transpassado por uma conflitualidade social: de um lado, uma tentativa de ressocialização autoritária, exercida pelas agências públicas e privadas da colonização; de outro, as práticas de reinvenção da ação coletiva, exercidas pelas populações rurais e urbanas.

Tais correntes de povoamento e de ocupação das novas terras da Amazônia Ocidental estão a configurar uma categoria social diferente, que talvez pudéssemos designar de "novos amazônidas", marcada pelo confronto e pela fusão de distintas trajetórias migratórias, cuja identidade social e política está em processo de conformação. Vindos do Nordeste, do Sudeste e, principalmente, do Sul, os "novos amazônidas", muito provavelmente, ainda não se encontraram, dispersos e fatigados pelos longos trajetos percorridos.

BIBLIOGRAFIA

ALEXANDER, Jeffrey C. 1987. O Novo Movimento Teórico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 2 (4): 5-28. São Paulo: ANPOCS.

BACHELARD, G. 1978. *A Filosofia do Não* . São Paulo: Abril Cultural.

BOURDIEU, Pierre. 1974. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.

______. 1979. *La Distinction*. Paris: Minuit.

BRANDÃO, Carlos. 1986. *Identidade e Etnia*. São Paulo: Brasiliense.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1972. *A Sociologia do Brasil Indígena*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

______. 1976. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Pioneira.

CASTRO, Edna M.R. & Jean HEBETTE (orgs.). 1989. *Na Trilha dos Grandes Projetos: Modernização e Conflito na Amazônia*. Belém: NAEA-UFPA (Cadernos do NAEA 10).

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS. 1980. *Migrantes: Êxodo Forçado*. São Paulo: Paulinas.

DELEUZE, Giles. 1986. *Foucault*. Paris: Minuit.

FEE — FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. 1976. *Migrações Internas*. Porto Alegre.

______. 1978. *25 anos de Economia Gaúcha: a Agricultura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre.

FIBGE. 1979. *Áreas de Atração e Evasão Populacional no Brasil no Período 1960-1970*. Rio de Janeiro.

______. 1988. *Brasil: uma Visão Geográfica nos Anos 80*. Rio de Janeiro.

FOUCAULT, Michel. 1982. *Microfísica do Poder*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Graal.

HEBETTE, J. & R.E. ACEVEDO MARIN. 1982. *O Estado e a Reprodução Social: Ariquemes-Rondônia*. Belém: NAEA-UFPA.

IANNI, Octávio. 1978. *A Luta pela Terra*. Petrópolis: Vozes.

______. 1979a. *Ditadura e Agricultura (o Desenvolvimento do Capitalismo na Amazônia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

______. 1979b. *Colonização e Contra-reforma Agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes.

LENIN, Wladimir I. 1969. *Le Développement du Capitalisme en Russie*. Paris: Ed. Sociales.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1974. *Anthropologie Structurale*. 2ª edição. Paris: Plon.

LOPES, Juarez R.B. 1973. Migrações Internas: Considerações Téoricas sobre seu Estudo. *Estudos CEBRAP* 6: 125-142. São Paulo.

MARX, Karl. 1974. "Introdução à Critica da Econômia Política". In *Manuscritos Econômicos — Filosóficos e Outros Textos Escolhidos* (Karl Marx). São Paulo: Abril Cultural.

______. 1979. A Estrutura de Classes na Alemanha. In *Karl Marx: Sociologia* (Octávio Ianni, org.). São Paulo: Ática. Cap. 6.

______. s.d. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

PEREIRA, Luiz. 1970. *Ensaios de Sociologia do Desenvolvimento*. São Paulo: Pioneira.

______. 1971. *Estudos sobre o Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Pioneira.

PEREIRA, Sinedei de Moura & Wilson BARP. 1988. *Estudo Sócio-econômico dos Projetos de Colonização Oficial no Estado de Rondônia*. Porto Velho: UNIR/SUDAM.

POSTER, Mark. 1990. *Foucault, Marxism and History*. Cambridge, U.K.: Polity Press.

SEIFERTH, Giralda. 1982. *Nacionalismo e Identidade Étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura.

SINGER, Paul. 1973. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Brasiliense.

SOUZA MARTINS, José de. 1973. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. São Paulo: Pioneira.

______. 1980. *Expropriação e Violência : a Questão Política no Campo*. São Paulo: Hucitec.

______. 1986. *Não Há Terra para Plantar neste Verão*. Petrópolis: Vozes.

______. 1989. *Caminhada no Chão da Noite*. São Paulo: Hucitec.

SUAREZ, Maria T. de M. 1977. *Cassacos e Corumbas*. São Paulo: Ática.

SUDESUL. 1975. *O Fenômeno Migratório na Região Sul*. Porto Alegre.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. 1985. "A Gestação da Recusa: o 'Colono Retornado' dos Projetos de Colonização da Amazônia". In *Revoluções Camponesas na América Latina* (José Vicente Tavares dos Santos, org.). São Paulo: Ícone. Pp. 167-185.

______. 1991. Crítica da Sociologia Rural e a Construção de uma Outra Sociologia dos Processos Sociais Agrários. *Ciências Sociais Hoje*: 13-52. São Paulo: ANPOCS/Vértice.

TURNER, Frederick Jackson. 1963. *La Frontière dans l'Histoire des États-Unis*. Paris: PUF.

VELHO, Otávio Guilherme. 1976. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. São Paulo: DIFEL.

WALSH, Margaret. 1981. *The American Frontier Revisited*. London: Macmillan.

WRIGHT MILLS, C. 1969. *A Nova Classe Média (White Collar)*. Rio de Janeiro: Zahar.